



C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N E S

CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE SINES

Reunião de 9 de Fevereiro de 2005

Acta

Aos 9 de Fevereiro de 2005, teve lugar a reunião do Conselho Municipal de Segurança de Sines, referente ao 1º trimestre de 2005, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Sines, pelas 18:30 horas, em conformidade com a Lei n.º 33/98, de 18 de Julho, registando-se as seguintes presenças:

Presidente da Câmara Municipal de Sines, Dr. Manuel Coelho Carvalho

Presidente da Assembleia Municipal de Sines, Sr. Francisco Maria Pereira do Ó Pacheco

Presidente da Junta de Freguesia de Sines, Sr. António Correia

Presidente da Junta de Freguesia de Porto Covo, Sr. Luís Manuel Gil

Procurador-adjunto da República junto da Comarca de Santiago do Cacém, Dr. Miguel Ângelo Gomes Eugénio Carmo

Comandante da Capitania do Porto de Sines, Comandante Matos e Sá

Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Sines, Sr. Luís Baptista

Em representação da Associação de Armadores do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, Dra. Filipa Faria

Em representação da União Local dos Sindicatos de Sines e Santiago do Cacém, Sr. José Eduardo Félix da Costa

Em representação do Concelho Municipal de Educação, Dra. Helena Pinela

Em representação do Conselho Municipal de Juventude, Dra. Maria João Marçal

Em representação do Centro Local de Apoio aos Imigrantes, Sra. Gracinda Margarida Luz

E a ausência das seguintes entidades:

Destacamento da Guarda Nacional Republicana, Bombeiros Voluntários de Sines, IDT, Centro Regional de Segurança Social de Setúbal, Caritas Diocesana, AERSET, Associação Cabo-verdiana de Sines e Santiago do Cacém.

Ordem de Trabalhos:



C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N E S

1. Análise dos dois secretários da mesa do Conselho (artigo 5º do Regulamento);

Por proposta do Presidente da Câmara, foram eleitos como secretários da mesa o Presidente da Junta de Freguesia de Sines e o Presidente da Junta de Freguesia de Porto Covo.

2. Análise da evolução dos níveis e tipo de criminalidade do Concelho de Sines;

Procurador-adjunto do Ministério Público - A convite do Presidente da Câmara, o Procurador-adjunto do Ministério Público, fez uma apresentação dos dados estatísticos entre 2002 e 2004, os quais deveriam ser complementados com informações da Guarda Nacional Republicana, a quem foram solicitados, não se encontrando, no entanto, esta entidade presente.

O Dr. Miguel Ângelo Carmo foi colocado na Comarca de Santiago do Cacém em Maio de 2003, pelo que a realidade que melhor conhece é posterior a essa data.

Em termos de registos de entradas no Ministério Público, a criminalidade tem vindo a aumentar na comarca (que inclui os concelhos de Sines e Santiago do Cacém):

2002 – 1428 entradas

2003 – 1612 entradas

2004 – 1680 entradas

Esta tendência não é generalizada ao país, uma vez que se verificou, em 2004, uma descida de 1,1% da criminalidade.

Para Sines, os números são os seguintes:

2002 – 478 registos no Posto de Sines da GNR

2003 – 485 registos no Posto de Sines da GNR

2004 – 563 registos no Posto de Sines da GNR

O Concelho de Sines e a Freguesia de Santo André acolhem mais de 1/3 da criminalidade conhecida no Tribunal de Santiago do Cacém.

Dos processos entrados, a grande maioria não chega à fase final de julgamento e, consequentemente, a uma decisão de condenação. Uma larga maioria encontra-se ainda em fase de inquérito. O processo de investigação pode levar a uma acusação ou ao arquivamento, ou ter ainda outras soluções, como sejam, a título de exemplo, a suspensão provisória do processo,



C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N E S

com injunções ou regras de conduta impostas ao arguido. Em 2004, 406 processos acabaram em acusação, e 1356 processos foram arquivados.

Em Maio de 2003, houve a preocupação de alargar o quadro de magistrados do Ministério público: para além dos dois lugares de procurador-adjunto, com a acumulação de processos em fase de inquérito foi criado um terceiro lugar de procurador-adjunto, com a preocupação de que ficasse afecto às funções de investigação criminal, e com a coordenação e direcção funcional das forças policiais que tal investigação implica. Como resultado, o número de pendências em fase de investigação tem vindo a diminuir.

Quanto aos tipos de criminalidade, o primeiro prende-se com os crimes contra o património, na forma de furto simples ou qualificado. Em 2004 houve uma forte incidência de furtos contra estabelecimentos comerciais, sem colocar em causa a integridade física dos proprietários, apenas com danos materiais. Uma parte significativa está pendente em termos de investigação, uma vez que os agentes não são conhecidos, sendo certo que as diligências de investigação pendentes poderão permitir chegar à identificação dos seus autores, designadamente face ao modo de actuação. Estes processos estão a aguardar a prova pericial, ao nível do ADN e das impressões digitais, que se revelam diligências morosas.

Depois, tem relevância a criminalidade do dia-a-dia, que se prende com a condução em estado de embriaguês e sem carta, por parte de indivíduos de todas as faixas etárias, e com “reincidência”, ao nível da 4ª ou 5ª condenação. A condução sem habilitação legal acentua-se mais nos jovens, daí a necessidade de acções de prevenção nas escolas. O Ministério Público tem desenvolvido uma actuação e uma opção processual de não sujeitar a julgamento tais factos (condução sem habilitação legal), decidindo-se pela suspensão provisória do processo, sujeitando o arguido à inscrição em escola de condução, tendo em vista a sua habilitação.

Quanto à criminalidade de natureza pública, como maus-tratos a cônjuges e a menores, na vertente física e psicológica, as mulheres vítimas têm vindo a perder o medo e vergonha e, consequentemente, dar a conhecer esse tipo de factos.

Existe ainda uma elevada percentagem de criminalidade denominada de bagatela, como sejam, ofensas à integridade física simples, injúrias, ameaças, difamação, danos – alguns, com dificuldades de investigação e de julgamento, e que inundam os tribunais e reclamam muito tempo por parte dos polícias e magistrados. Seria positivo alargar as competências dos julgados de paz a esta área penal, uma vez que a resolução passa muito pela capacidade de mediação dos tribunais.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N E S

A criminalidade económico-financeira existe em Sines, num terreno privilegiado pelo tecido empresarial. Exige meios de investigação muito complexos, com sujeição de competências à PJ, que também está com uma elevada pendência de processos para investigar neste tipo de criminalidade.

A criminalidade fiscal está a aparecer muito em Sines, na modalidade do crime de abuso de confiança fiscal. A polícia, ao nível das finanças, está a ter mais meios, ainda que se revelem ainda insuficientes.

Os crimes de natureza sexual encontram-se ao mesmo nível do resto do país, não havendo muitos casos.

Quanto à criminalidade violenta, relacionada com roubo e tráfico de droga, existem algumas situações, mas não susceptíveis de criar alarme social.

Relativamente aos fenómenos de *gang*, eles não existem em termos de estrutura organizada. Existem grupos de jovens, entre os 16 e os 22 que, quando em grupo, e não em *gang* (que implica uma estrutura e capacidade de chefia), pelas suas dificuldade de integração familiar e profissional, sentem-se legitimados pelo grupo.

Quanto ao tráfico de estupefacientes, a polícia competente na área de Sines (GNR através do Núcleo de Investigação Criminal Droga) não tem os meios humanos necessários para que a sua actuação se centralize unicamente na área da comarca de Santiago do Cacém. Nesse sentido, têm havido uma opção de investigar com qualidade, em detrimento da quantidade, sendo que os resultados têm sido muito satisfatórios. As diligências de investigação neste tipo de criminalidade implicam a invasão da vida privada (gravação de voz e imagem com intercepções telefónicas, etc.), sendo necessário grande controlo e qualidade na investigação, dado que qualquer erro, pode determinar a invalidade, por nulo, das provas obtidas.

Em 2003 e 2004 realizaram-se 5 grandes investigações, tendo 4 culminado com a condenação de vários cidadãos em penas de prisão superiores a cinco anos, sendo que o ultimo, aguarda a realização do julgamento.

A modalidade de acção não se centraliza apenas na venda a consumidores, mas existe já alguma capacidade de abastecimento para venda a retalho.

A droga chega a partir de Lisboa, mas não pelo mar. No entanto, até para o controlo no mar os meios são escassos.

Estão pendentes 2 investigações, com sete arguidos, cujas acusações estarão formalizadas em menos de seis meses. Há outra investigação já iniciada em 2005.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N E S

Em Sines, a zona da Barbuda, pelas características estruturais, que facilitam a actividade de tráfico de droga e dificulta a investigação criminal. Não sabendo se por parte da autarquia, que foi alertada, alguma coisa foi feita, ainda assim a situação melhorou, considerando o receio dos traficantes após as sucessivas investigações e prisões. Isto significa que, agora, a actividade surge no centro da cidade, o que culminou com a operação no restaurante “O Rodízio”.

A venda directa ao consumidor, com deslocações frequentes a Lisboa, continua, e as investigações, neste momento, estão centradas na área de Sines.

Presidente da Câmara Municipal de Sines – informa ter feito reunião com o Comandante do Posto da GNR em que este garantiu que está a estruturar a intervenção dos agentes para uma melhor segurança dos cidadãos, sobretudo no que tem a ver com os roubos na via pública. Há também uma maior mobilidade dos agentes, e mais prevenção durante os fins-de-semana.

Comandante do Porto de Sines – a Polícia Marítima, não sendo polícia criminal, pode participar nos processos. A área de intervenção da Capitania do Porto de Sines é de 50 metros a partir da linha de costa, 20 milhas para o mar, numa extensão de 90 km de costa, que abarca quatro concelhos. Em 2003 a Polícia Marítima levantou 80 processos, e 99 em 2004. Este aumento pode não ter necessariamente que ver com um aumento de criminalidade, mas com uma mais eficaz actuação policial. Houve, efectivamente, um reforço dos efectivos da Polícia Marítima nesta área de jurisdição, com os consequentes reflexos no nível de processos.

Presidente da Câmara Municipal de Sines – a presença no terreno da Rede Social e da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens contribuem também para uma identificação de problemas. Sines tem núcleos com feição urbana e os problemas relacionados com essa feição: miséria, desemprego, desestruturação das relações familiares e sociais.

No núcleo da Barbuda, a Câmara Municipal de Sines vai proceder ao realojamento de quase todos os moradores num bairro urbano, de excelente qualidade, onde as pessoas passam a ter outro enquadramento. No entanto, temos de ser também bastante cuidadosos no acompanhamento e vigilância desse bairro.

Presidente da Assembleia Municipal de Sines – os números relativos à criminalidade em Sines, não sendo alarmantes, são pelo menos preocupantes, com um aumento de 16%. O Conselho de Segurança deve corresponder a estes dados, dando-se a conhecer à população, dizendo como é constituído, e como pode actuar. O Conselho deve ter uma logística própria, que lhe assegure um funcionamento próprio e permanente, de modo a ser consultado, contactado pela população, sendo um receptáculo das suas preocupações, para que, para além de



C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N E S

aprofundar o conhecimento e emitir o parecer daí resultante, tenha uma visibilidade comunitária, seja o eco da comunidade.

O conselho deve ser divulgado através do jornal municipal, para que seja alimentado pelas queixas das pessoas.

O Conselho não se deve dispersar demasiado, para melhorar a sua actuação. As grandes questões das pessoas têm a ver com a protecção civil, relacionadas com o complexo industrial, e com a pequena criminalidade.

Presidente da Junta de Freguesia de Sines – receia que a forma de actuação exposta pelo Presidente da Assembleia Municipal possa alimentar as expectativas das pessoas relativamente a que o Conselho possa resolver as questões, quando não é a entidade própria para isso. Este é um órgão de pressão junto de quem pode resolver os problemas, designadamente junto dos ministérios que tutelam as forças de segurança.

Presidente da Câmara Municipal de Sines – concorda com as posições do Presidente da Assembleia Municipal de Sines, e procurará actuar nesse sentido.

3. Análise sobre o dispositivo legal de segurança e a capacidade operacional das forças de segurança

Não estando presente o Comandante do Destacamento da GNR, este ponto será analisado numa próxima reunião do Conselho.

4. Apresentação das acções dirigidas à prevenção da toxicodependência e análise da incidência social do tráfico de droga.

Foi convidado o representante do Instituto das Drogas e Toxicodependências a fazer uma apresentação neste ponto. No entanto, o Director da Unidade de Prevenção do IDT de Setúbal, não pôde estar presente.

Foi solicitado à **Dra. Rita Pais, da Rede Social**, que fizesse uma apresentação sobre a matéria:

De acordo com o Inquérito Nacional em Maio escolar, em 2001, no Distrito de Setúbal, 14% dos inquiridos admitiam ter experimentado drogas uma vez na vida, 8% no último ano e 6% no último mês.

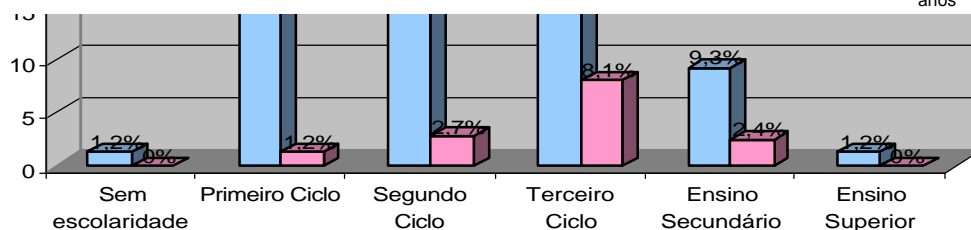
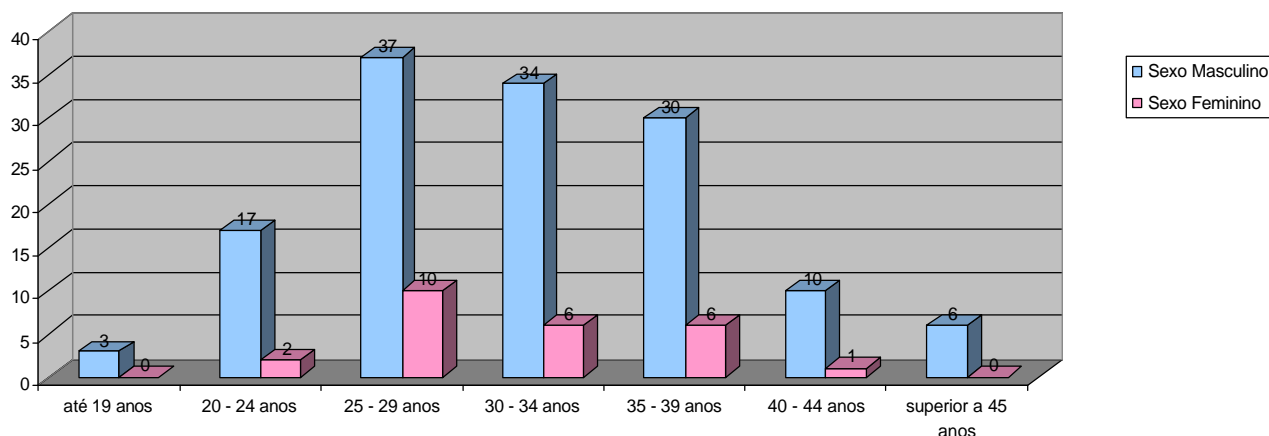


C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N E S

Relativamente ao tratamento da toxicodependência ao nível da rede pública de saúde, em Portugal Continental, em 2002 houve 31835 utentes e, em 2003, 29596 utentes, ou sejam, menos 7%. Para o Distrito de Setúbal, os números foram de 4154 utentes em 2002 e 2873 utentes em 2003, ou seja, uma redução superior a 30% nos tratamentos.

O Centro de Atendimento a Toxicodependentes do Litoral Alentejano, sito em Santo André, registou, em 2003, 130 utentes, e em 2004, 162 utentes. Destes 162, a maioria são oriundos do Concelho e Freguesia de Sines. Apenas 3,7% dos utentes do concelho são oriundos da Freguesia de Porto Covo.

Em termos de idade e sexo, os 162 utentes de 2004, estão divididos de acordo com o seguinte quadro:



	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
28	19	67,9	4	14,3	2	7,1	1	3,6	2	7,1

Em termos de saúde pública, as doenças infecciosas geralmente associadas à toxicodependência são o H.I.V./SIDA, a Hepatite B e C e a tuberculose. Das 1558 notificações de casos de H.I.V./SIDA, 763 são associadas à toxicodependência.



C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N E S

Nos termos da lei, por determinados consumos, são levantados processos de contra-ordenações, pelas autoridades competentes. Estes processos constam num registo central, o qual é gerido e mantido pelo IDT.

Zona Geográfica	Ano 2002	Ano 2003
Distrito de Setúbal	471	482
Concelho de Sines	13	18

Presidente da Câmara Municipal de Sines – tem a percepção que nos anos de 1996, 97, até 2000, a situação parecia mais complicada. Os CAT não são boas soluções, sendo preferíveis as respostas anteriores, nos centros de saúde, ao nível dos atendimentos, com uma maior proximidade e envolvimento das famílias. Neste momento falta essa integração. A Câmara Municipal de Sines teve um papel importante, em determinado momento em que acolheu, em Programas Ocupacionais todos os grandes consumidores. Nesta altura mantém-se quatro indivíduos integrados no Programa Vida-Emprego.

Ao nível das novas dependências, existem fenómenos novos, que é necessário conhecer.

Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Sines – A Santa Casa tem duas pessoas no Programa Vida-Emprego, que vieram de fora do Concelho. No âmbito do Programa de Combate Contra a Pobreza, a Santa Casa dispôs de uma carrinha para um programa de redução de danos, que encaminhou muita gente para o CAT.

A Santa Casa fornece cerca de 30 a 40 refeições a toxicodependentes. Mensalmente, fornece cerca de 800 a 900 refeições a imigrantes de países de leste, de etnia cigana, africanos e toxicodependentes.

Presidente da Junta de Freguesia de Porto Covo – Os dados globais do concelho são extensíveis à freguesia de Porto Covo, ainda que de forma mais sazonal. É importante o diagnóstico a ser feito ao nível da Rede Social no que se refere à freguesia de Porto Covo, com proposta de soluções.

5. Outros assuntos



C Â M A R A M U N I C I P A L D E S I N E S

Comandante da Capitania do Porto de Sines – refere o problema da segurança das praias, considerando que a época balnear é neste momento alargada a períodos fora do Verão.

Procurador-adjunto do Ministério Público – julga que o Conselho se deve pronunciar sobre as questões de segurança rodoviária associadas ao IP8, sobretudo ao nível dos acessos.

Presidente da Câmara Municipal de Sines – desde há três anos que se tem reunido com o Instituto das Estradas de Portugal, existindo finalmente um projecto, que está em análise.

Conselho Municipal da Juventude – No âmbito do Programa da Semana da Juventude, ir-se-á realizar um ciclo de cinema e um debate sobre delinquência juvenil, pretendendo-se ter a participação dos jovens.

A reunião foi encerrada cerca das 20:15h.

O Presidente da Câmara Municipal de Sines

Manuel Coelho Carvalho

CF/CF